

Para que servem as previsões

(Fabíola Leoni)

No período histórico conhecido como Antiguidade, o oráculo era uma pessoa reconhecida como sendo fonte de conselhos sábios e previsões do futuro, inspirado pelos deuses, tendo o poder de adivinhar. A tradição mais antiga dos oráculos estava na cultura grega, sendo o mais proeminente o Oráculo de Delfos, a partir do Templo de Apolo. Em nossa vida comum de hoje, previsões são uma forma de controle dos riscos que o futuro pode trazer, desde as previsões do tempo, para saber se teremos um fim de semana de sol, se vamos poder viajar e se será necessário levar agasalhos, o que pode ser útil. Na área econômica, recentemente, uma das atividades mais procuradas, associadas à Governança Corporativa, é o “Gerenciamento de Riscos Corporativos” – novo capítulo anexo [1], cuja responsabilidade caberia a um “oráculo interno na empresa”. Os consultores econômicos são vistos, por alguns, como oráculos capazes de fazer previsões sobre o comportamento futuro da inflação e do nível de atividades – o crescimento do PIB – informações bastante úteis se estamos na fase de preparação do planejamento financeiro de uma empresa, aí envolvendo a programação de vendas, produção, contratação de pessoal, investimentos, etc. Ocorre que a inflação de preços é uma medida que afeta, em geral, de forma mais ou menos uniforme, os agentes econômicos, uma vez que é baseada em cestas de consumo e servem, apesar dos defeitos intrínsecos, para ajustes de preços para um sem número de atividades, desde salários, aluguéis, tarifas de concessionárias, etc. Já as previsões de crescimento das atividades – o aquecimento ou desaquecimento da economia – também podem se constituir em informações úteis, embora a disparidade de componentes do cálculo do PIB leve a confusões para o planejamento de determinados setores. Em outras palavras, o expansão de determinado segmento é uma função econométrica diferente em relação a movimentação do PIB global, daí podendo levar mais a enganos do que acertos. A última edição da prestigiosa revista *The Economist*, em análise sobre o momento eleitoral brasileiro, menciona um assunto que, se não é inteiramente novo, leva a diversas considerações. Há estudos da Fundação Getúlio Vargas apontando que entre 2003 e 2008, 31,9 milhões de pessoas subiram para as classes A, B e C, o que resultou na diminuição da desigualdade de renda do país. A publicação ressalta que, apesar da maior experiência do candidato de oposição, a candidata da situação estaria em vantagem devido à expectativa de continuidade por parte da população, em especial as camadas mais pobres, de programas de transferência de renda, como o “Bolsa Família”. Exaltando os avanços sociais ocorridos no Brasil ao longo dos últimos anos, onde o número de pessoas vivendo na pobreza se reduziu em 20 milhões de 2003 a 2008, o aumento do salário mínimo em duas vezes e meia, o que elevou o poder de compra para o maior nível desde 1979, sem reduzir o número de vagas de trabalho, a revista ressalta que, em boa parte, essas transformações só foram possíveis devido às tendências de longo prazo. O governo anterior foi, na opinião da *The Economist*, o real responsável pelo controle inflacionário, que criou a estabilidade necessária para o crescimento do crédito, investimentos e empregos, e com isso deu início ao processo de redução da desigualdade. Uma estatística que chama a atenção no artigo mencionado é o crescimento médio da renda para os 10% mais pobres no Brasil desde 2001, 8% ao ano – próximo dos números surpreendentes da China e Índia –, enquanto que para os 10% mais ricos o crescimento médio da renda no mesmo período foi de apenas, 1,5%, comparável ao de países da União Européia e Estados Unidos. O crescimento brasileiro é, na verdade, uma média entre os dois extremos: os números tão divulgados como a previsão dos analistas de mercado, conhecida como *Boletim Focus*, prevêem crescimento do PIB em 7,2% para 2010, compensando no biênio a estagnação de 2009, e 4,5% para 2011. Assim, as previsões gerais para o Brasil são menos relevantes, visto que as disparidades por classe de renda são enormes, importando para as empresas onde se enquadra seu mercado específico. Neste período pré-eleitoral, quando as discussões sobre os rumos do país se acentuam, seria útil discutir se a redução das desigualdades, através de programas de transferência de renda como *Bolsa Família*, serão financeiramente sustentáveis, com o risco de perdermos os ganhos alcançados, caso o equilíbrio das contas públicas seja relegado a um segundo plano.